

ACTA N.º XXVIII / 2008

-----Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Monchique, no edifício dos *Paços do Município* e salão nobre, realizou-se a reunião extraordinária da *Câmara Municipal*, sob a presidência do senhor presidente da Câmara, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS TUTA, com a presença dos senhores Vereadores:-----

-----▪ ANTÓNIO MANUEL MOREIRA DA SILVA MIRA;-----

-----▪ CARLOS HENRIQUE CORREIA ALVES.-----

-----▪ RUI PATRÍCIO DOS RAMOS ANDREZ;-----

-----▪ JOSÉ ARMANDO VICENTE RAMOS LOPES.-----

-----Para cumprimento do disposto na alínea *p*), do n.º 1, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, foi estabelecida a ORDEM DO DIA pelo senhor presidente da Câmara, conforme Edital n.º EM-E.031/2008, de 18-Dez [Anexo 1], com a seguinte:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**PONTO I: Discussão e aprovação do Orçamento para o ano económico de 2009 [XXVIII.01/2008, de 17-Dez] – Proposta do presidente da Câmara, Carlos Tuta (PS);-**

-----**PONTO II: Discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2009 [XXVIII.02/2008, de 17-Dez] – Proposta do presidente da Câmara, Carlos Tuta (PS).**-----

-----A reunião foi secretariada por VICTOR MANUEL DOS SANTOS CORREIA, *chefe do Gabinete de Apoio Pessoal* do senhor presidente da Câmara e por este designado para acompanhar e secretariar os trabalhos da reunião e redigir a presente acta.-----

-----E sendo 17:18 horas, o senhor presidente da Câmara, verificada a existência de quorum, declarou aberta a reunião.-----

-----**PONTO I – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 [XXVIII.01/2008, de 17-Dez] – Proposta do presidente da**

Câmara, Carlos Tuta (PS):-----

-----O proponente através de proposta apensa à acta [Anexo 2], e considerando que: 1) que compete à *Câmara Municipal*, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e submeter a aprovação da *Assembleia Municipal* a proposta de orçamento, conforme disposto na alínea *c*), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan; 2) a proposta de *Orçamento para o ano 2009*, elaborada pelo Executivo permanente, apensa à proposta; propôs que, nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, fosse proposto à digníssima *Assembleia Municipal* a aprovação da proposta de *Orçamento para o ano 2009*, que inclui o *Mapa de Pessoal para 2009*. Mais propôs que a deliberação tomada sobre a proposta fosse aprovada em minuta.-----

-----Os membros optaram pela discussão simultânea das propostas constantes dos pontos I e II da Ordem de Trabalhos, do que se relata sucintamente as intervenções ocorridas:---

-----Usou da palavra o senhor vice-presidente fazendo uma breve apresentação do documento, tendo sublinhado o aumento substancial do *IMT* devido às alienações de apartamentos no Montinho e o aumento das despesas de recursos humanos por força da assinatura do contrato de execução com o *Ministério da Educação*.-----

-----Salientou o senhor presidente que estavam previstas as promoções, progressões e reclassificações dos recursos humanos da autarquia, bem como o aumento de vencimentos e a integração de pessoal não docente, situação que aumentava a rubrica de pessoal. Referiu que ao nível das acções previstas mereciam destaque a Secção de Marmeleite da *AHBVM*, a beneficiação da *Escola EB 2,3*, a beneficiação da *Casa do Povo* com a criação de uma sala de espectáculos, a aquisição de terrenos e construção de infra-estruturas para habitação, o reforço e alargamento das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, no âmbito do *PEASAR II*, a ampliação do cemitério de Monchique, a *Casa de Abate*, a aquisição de terrenos e infra-estruturas do *Parque Empresarial*, entre outras. Ao nível das Actividades Mais Relevantes referiu o reforço do apoio aos *Bombeiros Voluntários de Monchique*, a atribuição de bolsas de estudo, o apoio integrado de saúde e à *Paróquia*, um pacote de 430 mil euros para apoio solidário, no âmbito

domiciliário ao nível da higiene, alimentação e saúde, a promoção do concelho em feiras e a participação no âmbito do *ALLGARVE'2009*. Referiu ainda que o orçamento tinha bem presente a envolvente socioeconómica prevista para 2009. Terminando, disse que a proposta de orçamento previa essencialmente a intervenção na concretização de empreitadas/acções em curso, o investimento no apoio social e a promoção do concelho.--

-----Interveio o senhor vereador José Armando Lopes referindo-se a alguns projectos para os quais não eram previstas acções como era o caso da antiga estalagem *Mons Cicus*, que em tempos se falara em alienação e com a qual concordava, o antigo *Colégio de Santa Catarina* e o *Convento de Nossa Senhora do Desterro*. Disse que havia carência de habitação, porém era descurada a reabilitação quando até existia um significativo parque habitacional degradado e devoluto, no interior urbano da vila. Lembrou que o projecto *PEDRALVA* era uma entidade que tinha provas dadas naquele domínio.-----

-----Respondeu o senhor presidente estavam verbas previstas para aqueles projectos e que o antigo *Colégio* daria lugar à biblioteca e espaço cultural, todavia não poderia ser executado em 2009, dada a dimensão do projecto. Quanto à *Mons Cicus* disse que estava prevista a sua alienação e que tinham já aparecido vários interessados. No que se reporta ao *Convento* disse que estava a ser procurado parceiro para uma situação de concepção, construção e cessão de exploração de unidade hoteleira, para a qual já existia projecto.---

-----Usando da palavra o senhor vereador Rui Andrez questionando que acção estava prevista no âmbito da beneficiação dos armazéns municipais, ao que o edil respondeu que era apenas conservação, pese embora se perspectivasse comprar o terreno confinante no intuito de ampliar o equipamento e de construir a central rodoviária. Retomou o vereador perguntando a que se referiam as verbas previstas para o *Centro Escolar*, habitação, *Bio-Parque* e Estrada Velha e se a variante a São Roque era apenas projecto. Respondeu o senhor presidente que as verbas para o centro escolar preconizavam a intervenção no parque de jogos e arranjos exteriores, no âmbito do *Bio-Parque* era para projectos pois a implementação teria que ser com privados e a verba prevista no âmbito da Estrada Velha era para pagar o que se devia naquela obra. Quanto à habitação, lembrou que tinha sido celebrado um protocolo com a *FENACHE* e que as verbas previstas eram para aquisição de terrenos e construção de infra-estruturas. Retomou o vereador

considerando que das quatro estradas para as quais tinha sido efectuado o empréstimo dos quatro milhões, nem tão pouco estava iniciada, Foz do Carvalho/Taipas, ao que o senhor presidente referiu que essa estrada estava em construção e que não obstante a estimativa, o custo das quatro seria de seis milhões de euros.-----

-----Interveio o senhor vereador Carlos Henrique Alves perguntando se os dois milhões previstos em receitas de capital eram relativos à alienação da estalagem *Mons Cicus*, ao que o senhor presidente respondeu afirmativamente. Perguntou ainda se as receitas de capital previstas em cooperação técnico-financeira, no montante de 855 mil euros eram para aplicação na Luta Contra a Pobreza, *Paróquia, Unidade de Saúde Familiar*, tendo o edil confirmado. Inquiriu o senhor vereador se não está previsto nenhuma cedência ou transferência das nossas minas ou redes de água, tendo o senhor vice-presidente respondido que ao nível de abastecimento não estava.-----

-----Retomou o senhor vereador Rui Andrez perguntando retoricamente se a *Casa de Abate* não podia ser construída e concluída em 2009, pois estava prevista verba também para 2010. Sublinhou o senhor vereador José Armando Lopes que se tratava de uma obra âncora, tal como o *Pavilhão de Feiras* que também ainda não seria construído em 2009, porém estava prevista uma verba para o *Pavilhão do Arade*. Justificou o senhor presidente que essa verba era para pagar o aumento de capital que ainda não tinha sido pago e salientou que o contexto económico de 2009 não permitia obras megalómanas.----

-----Usou ainda da palavra o senhor vereador José Armando Lopes dizendo que a questão da promoção dos funcionários não era feita decorrente da aprovação do Plano e Orçamento mas sim pela avaliação do *SIADAP*, ao que o senhor presidente corrigiu dizendo que se estava a falar de promoções, progressões e reclassificação e que essas não estavam relacionadas com o sistema de avaliação de desempenho.-----

-----Não havendo mais intervenções, o edil colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por maioria, com dois votos favoráveis [Carlos Tuta (PS) e António Mira (PS)], dois votos contra [Rui Andrez (PPD/PSD) e José Armando Lopes (PPD/PSD)] e uma abstenção [Carlos Henrique Alves (PS)], tendo sido invocado o voto de qualidade conferido ao presidente da Câmara, conforme dispõe o n.º 2, do artigo 89.º da *LAL*.-----

-----**Declarações de Voto:**-----

-----Vereador Carlos Henrique Alves (PS): «Quanto à proposta de Orçamento do ano passado até me propus entregar algumas alterações, mas estive a estudar aquilo e não vi grande oportunidade. Relativamente a este orçamento parece-me que é muito semelhante ao do ano passado, na maior parte das coisas e revela já coisas de orçamentos anteriores, de 2006, de 2007, seria também de 2008, se formos ver, e agora para 2009. Este orçamento contém aqui duas questões que para mim são muito importantes e pertinentes, tem a ver com verbas e dotações para promoções dos funcionários da Câmara que julgo que decorria da legislação que esteve em vigor e que não permitia a progressão nas carreiras e a parte pecuniária, como também a questão dos funcionários da EB 2,3 para puderem receber os seus vencimentos. Portanto, para mim era uma questão essencial e que à parte de outro juízo de valor sobre o orçamento não poderia aqui criar nenhuma instabilidade ou alguma incerteza, da parte das pessoas se o orçamento não fosse aprovado, se receberiam ou não, não basta a crise, isso gerava nas pessoas, se calhar, alguma situação muito aflitiva. Quanto ao Orçamento em si, conforme já disse, parece-se que é um orçamento com intenções que já vinham de trás, está aqui a zona industrial, a habitação, Casa de Abate, Casa do Povo e outros programas que já vinham para ser feitos. Enquanto aqui estive como vereador a exercer as funções a tempo inteiro tal não se concretizou e por isso gostaria de ver estas acções fossem realizadas e este orçamento fosse cumprido. Com alguma mágoa minha não me foi dada oportunidade de ter participado na elaboração deste orçamento e gostava de deixar aqui, porque tive a oportunidade de ter alguns contactos, nalgumas câmaras que vi no Alentejo que têm hoje, e a Câmara de S. Brás, no Algarve tem e é bastante positivo, que é reflectirmos sobre a participação das pessoas na elaboração de orçamento participativo, no futuro. É uma reflexão que gostaria de deixar aqui. Relativamente ainda ao Orçamento, parece-me, e esta é uma opinião muito pessoal, relativamente à venda da Mons Ciccus, se calhar neste momento não será a altura ideal para efectuar a venda, dada a crise, pontualmente deveremos analisar, se isso vier a acontecer, e que seja mesmo dedicado a um projecto da Câmara e não para despesas correntes, pois agora há recursos a empréstimos e outras coisas,

fosse vendido numa perspectiva de vender um activo e ficar com outro».-----
 -----*Vereador Rui Andrez (PPD/PSD): «O senhor presidente fez uma apresentação eloquente do orçamento, destacou alguns elementos positivos, e esqueceu-se de referir que, infelizmente, algumas medidas e as principais já estão com dotação para o mandato seguinte, já nem sequer é para este mandato, já é para 2010. O Orçamento tem aqui vertentes positivas, nomeadamente o apoio social, o apoio às instituições sociais, o apoio à paróquia e à unidade de saúde, que são aspectos positivos, mas tem um aspecto negativo que é ser um orçamento enviesado e tal como os sucessivos orçamentos é uma cópia e é a evidência do falhanço do executivo socialista das últimas décadas. E infelizmente para Monchique. Inclusive estes aspectos que eu ressalvei de positivos e necessários se calhar até podiam ser contemplados com verbas superiores se tivesse havido uma gestão eficiente e criteriosa dos dinheiros públicos em anos anteriores. Porque o que se está aqui a ver muitas destas dotações, e que resultou da discussão, será para pagar obras que até já estão executadas. Portanto houve aqui alocações, se calhar, ineficientemente efectuadas em anos anteriores. Inclusive ficámos a saber que a beneficiação de quatro estradas para as quais houve um empréstimo de quatro milhões, além de não estarem concluídas, há um desvio de dois milhões. Além destes projectos que frisei, um projecto estruturante, como seria a Casa de Abate, não houve aqui margem para ser contemplada num só exercício e está a ser dilata para a sua execução e concretização em dois exercícios. E devia haver aqui uma intenção, uma prioridade, assumida pelo executivo e não está. É um orçamento de continuidade em relação a anos anteriores e da nossa parte as opções políticas seriam diferentes e daí não ter encontrado neste orçamento justificação que permitisse alterar o sentido de voto exercido em orçamentos anteriores».*-----

 -----**PONTO II: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009 [XXVIII.02/2008, de 17-Dez] – Proposta do presidente da Câmara, Carlos Tuta (PS):**-----

-----O proponente através de proposta apensa à acta [[Anexo 3](#)], e considerando que: 1) que compete à *Câmara Municipal*, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento,

elaborar e submeter a aprovação da *Assembleia Municipal* as opções do plano, conforme disposto na alínea *c*), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan; 2) a proposta das *Grandes Opções do Plano para o ano 2009*, elaborada pelo Executivo permanente, anexa à proposta; propôs que fosse aprovado pela *Câmara Municipal*, nos termos do disposto na alínea *b*), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18-Set, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-Jan, propor à digníssima *Assembleia Municipal* a aprovação das *Grandes Opções do Plano para o ano 2009*. Mais propôs que a deliberação tomada sobre a proposta fosse aprovada em minuta.---

-----Não havendo mais intervenções, o edil colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido APROVADA, por maioria, com dois votos favoráveis [Carlos Tuta (PS) e António Mira (PS)], dois votos contra [Rui Andrez (PPD/PSD) e José Armando Lopes (PPD/PSD)] e uma abstenção [Carlos Henrique Alves (PS)], tendo sido invocado o voto de qualidade conferido ao presidente da Câmara, conforme dispõe o n.º 2, do artigo 89.º da LAL.-----

-----**Aprovação em minuta:** A acta foi APROVADA EM MINUTA, por unanimidade, no que concerne à votação sobre os assuntos objecto dos pontos I e II, vide propostas.-----

-----**Convocação de sessão extraordinária da Assembleia Municipal:** A *Câmara Municipal* deliberou, por unanimidade, solicitar a convocação de sessão extraordinária da *Assembleia Municipal* para aprovação dos instrumentos previsionais para 2009.-----

-----**Encerramento:** o senhor presidente deu por encerrada a reunião, pelas 18:40 horas, e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por ele e por mim, Victor Manuel dos Santos Correia que a secretariei.-----

-----O Presidente da Câmara

-----O Secretário